

Perfil da Governança de TI na Administração Pública Federal (2012)

O que é governança de Tecnologia da Informação (TI)?

A governança de TI é a parte da governança corporativa que busca assegurar que o uso da TI agregue valor ao negócio com riscos aceitáveis. Com esse objetivo, a governança de TI tende a evitar ou mitigar deficiências ainda comuns na gestão de uma instituição, como processo de planejamento inadequado, recorrência de projetos mal sucedidos e contratações que não alcançam seus objetivos. Tais deficiências, no contexto da administração pública federal (APF), refletem-se em perda de qualidade e de eficiência de serviços públicos prestados à sociedade.

Atuação do TCU

Para avaliar a situação de governança de TI na administração pública federal, o Tribunal de Contas da União tem realizado, desde 2007, levantamentos de auditoria baseados em questionários que abordam práticas de governança previstas em leis, regulamentos, normas técnicas e modelos internacionais de boas práticas (Acórdãos 1.603/2008, 2.308/2010 e 2.585/2012, todos do Plenário).

No âmbito do levantamento de 2010, foi criado o índice de governança de TI (iGovTI), que busca refletir a situação de governança de TI da organização. O objetivo maior do iGovTI é servir de referência e de instrumento de autoavaliação da organização nos aspectos de governança e gestão de TI.

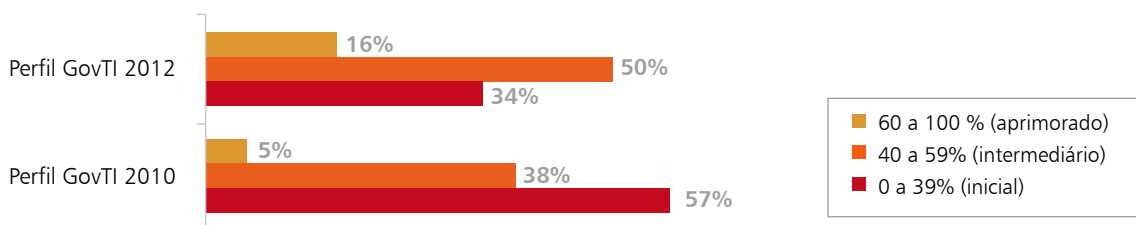
A avaliação de governança de TI não se esgota com a realização do levantamento. Em seguida, são realizadas auditorias específicas em uma amostra das organizações participantes, com o intuito de validar as respostas apresentadas ao questionário, avaliar outros aspectos relacionados à governança e à gestão de TI e identificar boas práticas de governança.

Situação de governança de TI na administração pública federal

O último cenário de governança de TI foi apurado em um levantamento de 2012 (TC 007.887/2012-4; Acórdão 2.585/2012-TCU-Plenário;) e validado, em 2013, em uma amostra de 24 organizações participantes do levantamento.

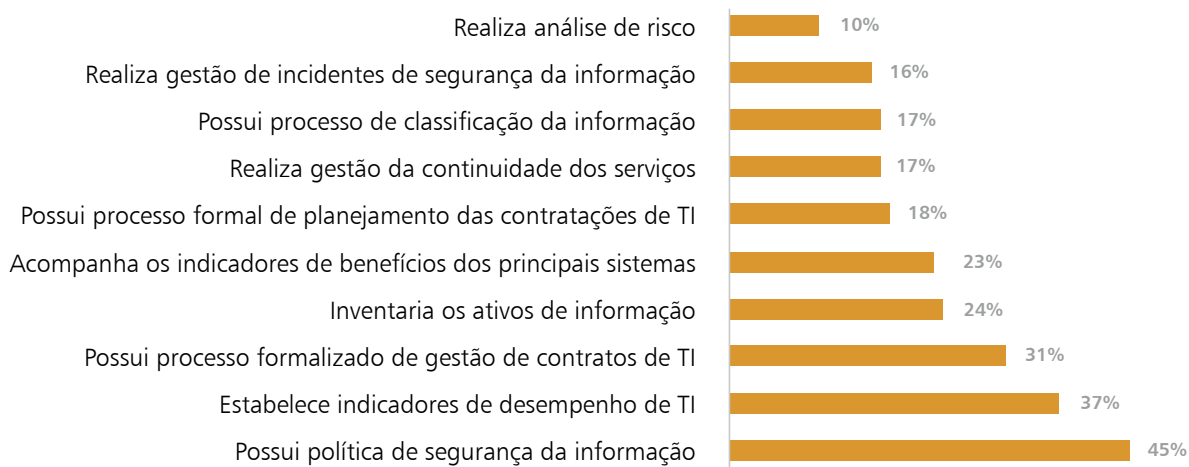
Os dados obtidos revelaram, de forma geral, melhoria da situação em relação ao cenário identificado em 2010, conforme gráfico a seguir. Muitas organizações, contudo, continuam na faixa inicial de governança de TI, o que está distante do ideal. As referências utilizadas são os modelos de boas práticas de governança e de gestão de TI, a legislação e a jurisprudência vigentes.

Distribuição por Estágio de Governança em TI



As informações obtidas permitem: identificar os pontos mais vulneráveis da governança de TI na APF; orientar a atuação do TCU como indutor do processo de aperfeiçoamento dessa governança; e auxiliar na identificação de bons exemplos e modelos a serem disseminados. Além disso, as instituições terão a oportunidade de avaliar sua situação de governança e gestão de TI em relação às boas práticas e às demais instituições avaliadas.

Aspectos que demandam atenção



As auditorias específicas realizadas em 2013 revelaram baixo percentual (7,4%) de inconsistências de natureza negativa, ou seja, cuja situação real da organização era menos favorável do que a informada no questionário. Também foram apuradas inconsistências positivas, em que a situação real da organização era mais favorável do que a informada no questionário, porém em número muito menor, apenas 0,4%.

Sob a perspectiva das organizações, as fiscalizações demonstraram que 70% das auditadas tiveram nível de inconsistência de natureza negativa inferior a 10%, sendo que três organizações não apresentaram qualquer variação em relação à situação informada no questionário. A organização que apresentou maior nível de inconsistência negativa teve variação de 20,7% entre a situação real e a informada no questionário.

Apesar do pequeno tamanho da amostra avaliada nas auditorias (24 organizações), o baixo grau de inconsistências identificado nas respostas ao questionário sugere que as conclusões obtidas no levantamento de 2012 são confiáveis. Essas conclusões poderão ser utilizadas para balizar estudos e ações de promoção da melhoria da governança de TI na administração pública federal.

Avaliação de governança de TI – ciclo 2014

Outra avaliação de governança de TI está prevista para 2014. A cada ciclo tem-se a oportunidade de aperfeiçoar o questionário com base nas análises e feedbacks do ciclo anterior. Nesse contexto, buscou-se elaborar um instrumento de avaliação mais didático e claro nos seus conceitos. A expectativa é que o questionário continue a ser utilizado como instrumento de referência para a implementação das práticas de governança e de gestão de TI. Afinal, o objetivo maior das avaliações é induzir a melhoria da governança de TI na APF.

Conclusão

A indução do amadurecimento em governança e gestão de TI ainda carece de ações, apesar do caminho percorrido. Os eventos recentemente divulgados pela mídia e relacionados à segurança da informação, por exemplo, demonstraram certa fragilidade tanto nos controles quanto na cultura atinentes ao tema dentro da administração pública federal.

Por um lado, diversas organizações têm despertado e buscado compreender e se capacitar com relação a governança de TI, com bons exemplos especialmente no Judiciário e entre as empresas públicas. Por outro lado, há muitas organizações em estágio inicial de governança que ainda não compreenderam a importância de governar a TI como fator essencial na condução eficiente do negócio e na gestão dos riscos organizacionais.